

# apresentação



A releitura crítica e construtiva dos modelos jurídicos, por meio do estudo da doutrina e da análise do posicionamento jurisprudencial dos Tribunais Pátrios, apresenta-se como imprescindível na contemporaneidade, no sentido de permitir a reflexão de inúmeras questões controversas, presentes no contexto do Estado Democrático de Direito.

Nesse cenário, a Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva (REDCUNP) destaca-se como um relevante instrumento de difusão da pesquisa científica, da apreciação crítica do Direito e de fomento à produção intelectual na área jurídica, sob uma perspectiva interdisciplinar de estudo, e, tendo por linha editorial, temáticas relacionadas ao *Estado Democrático de Direito e Solução de Conflitos*.

O periódico encontra-se classificado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no *estrato B1* do Sistema *Qualis* de Periódicos Científicos no Brasil, demonstrando o compromisso da publicação com a qualidade da produção intelectual veiculada.

A revista atendendo a rigorosos requisitos editoriais, relacionados a excelência de periódicos, encontra-se inserida em vários indexadores nacionais e internacionais, com destaque para, a *REDIB* (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico), o *Latindex* (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), o *BDJur* (Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça), a *RVBI* (Rede Virtual de Bibliotecas do Senado Federal) e o *Portal de Periódicos da Capes*.

É com enorme alegria que apresentamos o segundo número da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva em 2018 (n.35, maio/ago. 2018).

Agradecemos aos autores pela confiança assentada em nossa revista para fins de publicação de suas pesquisas e aos membros do Conselho de Pareceristas pelo dispêndio de tempo e trabalho para a realização das avaliações.

O presente número do periódico compõe-se por 10 (dez) trabalhos científicos inéditos, cujas temáticas proporcionam ao leitor relevantes discussões sobre conflitos sociais oriundos do cenário de transformações que permeiam a sociedade contemporânea - hipercomplexa, plural e multifacetária - sob a necessária perspectiva do Estado Democrático do Direito.

Os professores doutores André Cordeiro Leal e Vinícius Lott Thibau apresentam interessante abordagem sobre a questão da distribuição dinâmica do ônus da prova no Direito do Trabalho, perpassando pela reforma trabalhista e tecendo críticas contundentes sobre a atuação juiz na fixação do sentido normativo, tendo por suporte o racionalismo crítico de Karl R. Popper.

No segundo artigo, Alexandre Antônio Bruno da Silva, Doutor em Direito pela PUC/SP, Mestre em Direito pela UFC/CE, Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Christus e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Marcella Mourão de Brito, Mestranda em Processo e Direito ao Desenvolvimento pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) discorrem sobre a promoção de direitos fundamentais a partir da implementação de métodos consensuais de gestão de conflitos, em especial, a conciliação, na Justiça do Trabalho, com a finalidade de resolução efetiva de conflitos sociais, analisando, ainda, a Política Judiciária Nacional de tratamento de conflitos como uma relevante política pública.

*Cooperação internacional, direito à moradia e meio ambiente*, texto de autoria de Ernani Contipelli, Pós-Doutor em Direito Político Comparado pela Universidad Pompeu Fabra e em Direito Constitucional Comparado pela Universidad Complutense de Madrid, Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP, Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC/SP e Professor do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC, em coautoria com Marjara Garcêz Maciel e Karen Bissani, Mestrandas em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC examinam a intensificação do processo de globalização e seus impactos na relação entre direito à moradia e meio ambiente, propugnando a adoção de um processo de globalização inclusivo, balanceando ordem internacional e interna, tendo por arcabouço a teoria do Estado Constitucional Cooperativo.

Roberto Henrique Pôrto Nogueira, Doutor e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas e Professor Adjunto do Curso de Graduação e Mestrado Acadêmico em Direito da UFOP/MG e Paula Camila Veiga Ferreira, Mestranda em Novos Sujeitos, Novos Direitos pela UFOP/MG abordam a controvérsia envolvendo a produção e fornecimento indiscriminado de fosfoetanolamina sintética ou “pílula contra o câncer” a sujeitos vulneráveis, por questões de saúde, dentro da perspectiva de garantia de efetivação do direito à saúde. O trabalho discorre com precisão sobre a questão da autonomia decisória e exigências técnico-científicas para a aprovação de medicamentos, dentro de padrões éticos e orçamentários, com interessantes conclusões sobre a temática.

Do Estado de São Paulo, José Antonio Remedio, Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e Professor de Graduação e Pós-graduação (Mestrado) em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), em conjunto com Thiago Henrique Teles Lopes, Mestrando em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) apresentam relevante estudo crítico-analítico sobre os impactos da Lei Complementar n. 157/2016, que promoveu, entre outras modificações, a inclusão do artigo 10-A na Lei de Improbidade Administrativa. Nessa linha de raciocínio, examinam a existência da categoria de improbidade administrativa relacionada a indevida concessão ou aplicação de benefício financeiro ou tributário inerente ao ISSQN, tendo por consequência a imputação de responsabilidade dos agentes públicos envolvidos.

*Efetivação de direitos de crianças e adolescentes em um município do agreste de Pernambuco*, estudo de caso de autoria de Fernando da Silva Cardoso, Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor do Curso de Direito da Universidade de Pernambuco, em conjunto com Maria Alba da Silva, Bacharela em Direito pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca/Pernambuco, analisam o panorama hodierno de efetivação dos direitos das crianças e adolescentes em Pernambuco, perpassando pela apreciação dos casos de violações à integridade física das crianças e adolescentes, pela atuação dos Conselhos Tutelares e, por fim, destacando a necessidade de implementação de uma rede efetiva de proteção aos direitos e garantias das crianças e adolescentes.

No sétimo artigo, Carlos Alberto Ferri, Doutor em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), Mestre em Direito pela Unimep e Coordenador-Adjunto no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) em coautoria com Estevão Campos, Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) e Bolsista CAPES/PROSUP e Jonatas Roberto de Oliveira, Graduado em Direito pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) propõem interessante análise sobre a resolução de conflitos, por meio da utilização de métodos alternativos de solução de conflitos, em especial, a arbitragem, tendo por linha de intelecção os preceitos normativos delineados pelo pós-positivismo.

Letícia Mousquer Ritter, Doutora em Direito pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) e Professora na Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e Thami Covatti Piaia, Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora na Graduação e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito, Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) produzem rica investigação científica sobre a temática da resignificação da função judicial na proteção das minorias, com suporte nas Teorias da Integridade de Dworkin e da Interpretação de Gadamer, sob a perspectiva do Estado Democrático de Direito.

Do Estado do Rio Grande do Sul, Fernanda Dalla Libera Damascena, Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Berkeley Law School, Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Professora de Direito Ambiental e Bruna da Rosa Jung, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais discorrem sobre o conceito de Criminologia Verde e enfatizam como a vulnerabilidade e o abuso dos animais se inserem nesse contexto, com a finalidade de ampliar as soluções existentes em torno dos conflitos sobre a tutela animal no País.

Fechando o presente número da revista, Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior, Doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP), Professor de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e de Graduação no Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7), Coordenador e Professor de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Alisson José Maia Melo, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor de Direito Empresarial do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) analisam a temática relacionada as operações de securitização no Brasil, envolvendo títulos de crédito, como relevantes estratégias empresariais para a captação de recursos no mercado de capitais, apresentando peculiares conclusões.

Por fim, cumpre destacar a honra de apresentar mais um número da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva (REDCUNP), elaborado a partir da produção científica de renomados pesquisadores, e do compromisso intelectual de qualidade editorial do periódico.

Esperamos que o diálogo e as reflexões propostas pelos autores nos articulados aqui publicados possam colaborar para futuras pesquisas, e, para o enriquecimento de toda a comunidade acadêmica.

Boa leitura!

**Professor Doutor Michael César Silva**

Editor da Revista Eletrônica de Direito do

Centro Universitário Newton Paiva (REDCUNP)